

ID: 123981617

14-07-2026

Adesão ao Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura está na mesma – baixa

Joana Amaral Cardoso

Há 2084 profissionais activos e o EPAC continua envolvido em desconhecimento, diz relatório

A adesão ao Registo dos Profissionais da Área da Cultura (RPAC), que sustenta a aplicação do Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura (EPAC), continua fraca e ao nível do primeiro ano da sua existência: hoje, há 2084 profissionais activos no RPAC e 2261 cancelaram o seu registo. Durante os seus quatro anos de vigência, o número de trabalhadores registados duplicou, mas depois encolheu na mesma proporção, indicam dados preliminares sobre a execução e a revisão do EPAC revelados ontem numa sessão pública no Centro Cultural de Belém (CCB). A ministra da Cultura, Juventude e Desporto quer ver o processo de revisão concluído “entre o final de 2026 e início de 2027”.

O EPAC entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2022 como um regime jurídico especial para dar maior protecção social, combater a precariedade, os falsos recibos verdes e incentivar à celebração de mais contratos de trabalho, abrangendo assim trabalhadores a recibo verde e contratos de muito curta duração. Porém, quatro anos depois, “medo”, “burocracia” e falta de comunicação ajudarão a explicar a fraca adesão e desistências do RPAC, como foi patente nos testemunhos ouvidos no CCB. Isso e a dificuldade dos inscritos no RPAC em aceder de facto ao subsídio de suspensão de actividade cultural, equiparado ao subsídio de desemprego, e que é peça essencial do regime de protecção social do EPAC.

O número de desistências é crescente desde o primeiro semestre de 2022, quando estavam registados 2245 profissionais, até ao primeiro semestre deste ano – nestes quatro anos, 2261 cancelaram o seu registo. O número continua a não representar de todo o sector cultural português quando no país, segundo os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística relativos a 2024, a população empregada na área estimava-se em 197 mil pessoas (que envolve, ainda assim, publicidade e outros sectores não abrangidos pelo EPAC).

“O nosso objectivo é concretizar o espírito das muitas entidades e pessoas que criaram o estatuto”,

disse a ministra Margarida Balseiro Lopes no final da sessão, considerando “bastante evidente” perante os resultados do grupo de trabalho “que o seu objectivo não se cumpriu”. Quer ver mais pessoas no RPAC e mais esclarecidas sobre os benefícios que dele podem advir.

Com a revisão do EPAC em curso, actualmente em fase de auscultação, seguindo-se a entrega, até fim de Setembro, das recomendações do grupo de trabalho e depois a auscultação do sector e a consulta pública, o relatório do grupo de trabalho que examina a execução do EPAC ficará publicamente disponível ainda nesta semana.

Dos dados apresentados publicamente, limitados, a subinspector das Actividades Culturais, Sara Medina, concluiu que o RPAC “está plenamente activo, mas [que] o nível de adesão é reduzido”. Há pontos coincidentes nas conclusões e propostas de principais áreas de revisão: manter o EPAC, mas rever a burocracia, a comunicação sobre o estatuto, a (des)coordenação institucional entre instituições do Estado, que resultaria num acesso mais célere à protecção social quando é necessária.

Este último ponto ganhou vida quando a música Sara Vidal resumiu a partir da plateia porque é que já não está no RPAC: “Desisti porque,

quando quis ter acesso ao apoio [para o qual os inscritos no RPAC contribuem com a finalidade de receber dinheiro quando estiverem numa fase de intermitência da sua actividade], a Segurança Social considerou que não era possível comprovar que a minha suspensão de actividade era involuntária. A sensação que temos é de que estamos a contribuir para um saco azul.”

Segundo Sara Medina, houve “uma redução muito significativa” dos pedidos (e problemas) com os processos de subsídio de suspensão de actividade, de quase 4000 indeferimentos em 2022 para 150 em 2026 (o relatório não precisa qual o período deste ano em análise). O balanço de 2026, segundo o docu-

mento é para já o deferimento de 39 processos e o indeferimento de mais de cem processos por falta de prazo de garantia ou de inscrição no RPAC, por exemplo.

Um dos problemas apontados foi a comunicação sobre o EPAC. “Foi criada uma ideia de medo e não de apoio”, disse Rafaela Ribas, da Associação Espectáculo, Agentes e Produtores Portugueses (AEAPP), referindo-se à confusão sobre a obrigatoriedade de registo ou à convivência do regime especial com o da Segurança Social. Paula Franco, que assinalou que a sua própria presença numa mesa-redonda era um sinal da complexidade do regime – é bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados –, o estatuto e o regime “falhou pelo medo e falta de conhecimento”.

Pela positiva, Miguel Guedes, da cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, e Manuel Claro, vice-presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual, reforçaram que no sector existem cada vez mais contratos de trabalho a ser celebrados. Em contrapartida, vários intervenientes denunciaram práticas de empresas e empregadores que rejeitam usar os códigos de actividade económica aceites pelo EPAC, impondo aos potenciais trabalhadores formas de fugir às regras do estatuto. Já em 2023, alguns profissionais descre-

viam-no ao PÚBLICO como “uma ferramenta de assédio laboral”.

Espaço para melhorar

O grupo de trabalho é presidido pela Inspeção-Geral das Actividades Culturais e envolve entidades dos sectores do livro, cinema, música, artes, teatro, tendo ouvido ainda 60 entidades do meio cultural e sete entidades públicas das finanças, trabalho e segurança social. São precisamente estas tutelas que vão ter de se articular com a cultura para que a revisão avance e seja também cabimentada em sede de Orçamento do Estado.

Mas da Plateia, que representa artistas e estruturas das artes performativas, vieram recomendações concretas: perante a “pluriactividade dentro da área”, por exemplo, com trabalhadores a desempenhar várias funções num projecto ou empregados com contrato num e a fazer prestação de serviços noutros, Amarilis Felizes, da direcção da Plateia, defendeu que todas as contribuições dos profissionais culturais passem a ir “para o mesmo bolo”, porque estes diferentes vínculos levam a descontos para diferentes regimes, “e eles não comunicam”.

Já Ana Cristina Sousa, da Performart, propôs ao grupo de trabalho que “os trabalhadores da cultura possam inscrever-se no RPAC e depois optar se se enquadram no regime de protecção social especial” ou optar ficarem isentos das contribuições extra para o subsídio de suspensão, clarificando assim a finalidade das suas contribuições.

Na assistência, por seu turno, estava Diogo Bertho, encenador, actor e representante do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos (Cena-STE), que manifestou estranheza por o sindicato não ter sido convocado para o debate e lamentou a falta de informação sobre como é que o estatuto combate a precariedade. “As pessoas sabem o que o estatuto é e sabem porque é que não as serve, e isso fica evidente nos números.” Rui Catarino, presidente do Teatro D. Maria II e parte do grupo de trabalho, discordou, mas admitiu que “o funcionamento do estatuto tem de ser melhorado”.

Até dia 31 de Julho, o portal Participa.gov.pt está a receber propostas. Até final de Setembro, outro relatório, desta feita sobre as propostas concretas de revisão do EPAC, chegará à tutela, e, no Outono, serão ouvidos agentes do sector, sucedendo-se a consulta pública da proposta.

Margarida Balseiro Lopes quer ver o processo de revisão do Estatuto dos Profissionais da Cultura concluído “entre o final de 2026 e início de 2027”



A ministra da Cultura, Juventude e Desporto na sessão pública no Centro Cultural de Belém